

Entre tapas e beijos: Peter Handke e a crítica

Celeste H. M. Ribeiro de Sousa
Universidade de São Paulo

Literatura e valor é o grande tema escolhido para dar coesão a esta revista de literatura comparada. Estamos, portanto, em face de três conceitos (literatura, valor, literatura comparada) amplos o suficiente para nos obrigar a fazer um recorte específico a fim de nos encaixarmos neste terreno. Escolhemos, assim, um autor que, hoje, já faz parte da história da literatura de língua alemã, mas que no começo de carreira teve problemas com a avaliação de seus textos por parte dos críticos mais conceituados da época. E, porque acreditamos nos benefícios advindos da perseguição de uma utopia, tal como a proposta por Gadamer, depois retomada por Habermas — a utopia da conversa plena —, ao trazermos à baila um aspecto dessa querela “alemã” de 36 anos atrás, atrevemo-nos a acrescentar-lhe nossa própria perspectiva enviesada pelo Trópico de Capricórnio.

Em 1966 Peter Handke, um austríaco de blue jeans, cabelos longos cortados à moda *beatle*, 24 anos, publica seu primeiro romance *Die Hornissen* (Os vespões), um romance em que “o narrador assume traços de todos os seus personagens, num crescendo que acaba por confundi-los entre si e com ele, e [em que o] narrador e personagens diluem-se e esvaziam-se em atores e agentes da ação verbal”¹. Trata-se de uma novidade para a literatura de língua alemã na época.

No mesmo ano o autor leva ao palco do *Theater am Turm* em Frankfurt a peça *Publikumbeschimpfung* (Insulto ao público), um texto que mostra com a maior evidência o fim do teatro aristotélico. Até

¹ Este romance foi objeto de estudo de uma Dissertação de Mestrado no Brasil. Veja-se: GALEÃO, Celeste Aida de Noronha. *Os vespões de Peter Handke: um romance literal*. São Paulo, FFLCH-USP, 1981.

então, muitos escritores haviam testado o sistema da dramaturgia, como Brecht, por exemplo, ao opor ao teatro dramático o seu teatro épico. Mas Handke vai mais além: a sua “peça falada” (*Sprechstück*) é radicalmente antiaristotélica, é “teatro concreto”. O próprio Handke declara que “as peças faladas são espetáculos sem quadros, na medida em que não oferecem nenhum quadro do mundo. Apontam para o mundo, não na forma de quadros, mas na forma de palavras. (...) As palavras que constituem as peças faladas não oferecem nenhum quadro, mas um conceito de mundo. As peças faladas fazem uso da forma de exteriorização natural do insulto, da autoacusação, da confissão, da declaração, do questionamento, da justificação, do subterfúgio, da profecia, do pedido de socorro. (...) No teatro, imitam de modo irônico os gestos de todas as exteriorizações naturais. Não pode haver ação nas peças faladas, porque cada ação no palco seria apenas o quadro de uma outra ação. (...) Peças faladas são prólogos emancipados das peças antigas. Não pretendem revolucionar nada, apenas chamar a atenção”². Os insultos, as confissões etc., são buscados nos gestos observados nos estádios de futebol, nos *shows* dos *Rolling Stones*, nos tradutores simultâneos da ONU, nos filmes dos *Beatles*, nos gestos de astros famosos. Em conversa com Artur Joseph, confessa o autor ter pensado em escrever um panfleto contra o teatro, mas percebe que um texto escrito não seria o veículo apropriado para investir contra o teatro, porque provavelmente seria inócuo. Pensa, assim, no paradoxo de protestar contra o teatro dentro do próprio teatro, não do teatro em si, considerado como um valor absoluto, mas do teatro visto como fenômeno histórico.

Realmente, os xingamentos desta peça de Handke atraem uma multidão de espectadores, fascinados pela agressividade, pela negação do habitual, pelo novo ritmo, pelas piadas e pelos jogos de palavras. Quer o escritor que o público reconheça o quanto o indivíduo se repete, o quanto se contradiz, se nega, o quanto é dialético. Para ele, o entorno é um mundo de falas e de palavras. Na peça, a linguagem torna-se um elemento autônomo e, nesse sentido, deixa de ser um meio de comunicação para se tornar um fator essencial da solidariedade humana. O autor não hesita em deixar de lado tudo o que possa perturbar essa autonomia, para poder fazer com que sua tese assente no seguinte tripé: agir, pensar, falar. Esta e outras peças de Handke mostram, realmente, um progressivo esvaziamento da psicologização dos papéis. As personagens não passam de modelos de linguagem³.

Embora pareça, e embora Handke queira colocar e lidar com o mundo a nu, a técnica do xingamento não deixa de ser uma ilusão,

² HANDKE, Peter. *Publikumbeschimpfung und andere Stücke*. In: *Dialog*. Frankfurt a. M., 1966, p.95 e seguintes.

³ SCHARANG, Michael (ed.). *Über Peter Handke*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1972.

como declaram os críticos. Wittgenstein, Benjamin e Rühmkorf já tinham mostrado que linguagem inocente também pode ser expressão de domínio e de luta de classes. Na verdade, os experimentos de Handke deitam raízes nas atividades do chamado “Grupo de Viena”, que ele conhecia, mas que até então não tinham merecido o devido interesse da crítica. Mesmo assim, na época, a produção de Peter Handke surge como uma “novidade” e é considerada uma afronta retórica, levantando protestos, que levam o autor a suspender e mesmo a proibir outras apresentações da peça em pauta⁴.

⁴ HONSZA, Norbert (ed.). *Zu Peter Handke. Zwischen Experiment und Tradition*. Stuttgart: Ernst Klett, 1982.

Ainda neste mesmo ano de 1966, Handke é o pivô de um outro escândalo imenso, envolvendo o “Grupo 47” (Böll, Celan, Eich, Johnson, Walser, Aichinger, Bachmann, Bobrowski, Grass, Enzensberger). Até então, ou seja, nas duas décadas posteriores à Segunda Grande Guerra, um grupo de intelectuais assim denominado havia se tornado um espaço de ressonância das opiniões dos principais escritores de língua alemã, que também se haviam proposto a reformular a literatura e a língua, a limpá-las dos resíduos nazistas, e haviam desenvolvido uma espécie de identidade intelectual. Em um dos seus costumeiros encontros, em Abril de 1966 em Princeton, Peter Handke, convidado a participar das atividades, irrompe com um discurso agressivo contra o que, segundo ele, tinha acabado por descambar em rotina literária acomodada do Grupo, e manifesta-se a respeito da monotonia e da decadência na representação estética praticada, bem como da impotência para se descrever alguma coisa. A designação de escândalo para o ocorrido dá bem a dimensão das desaprovações e reações por parte de uma determinada ala da assistência, ainda mais porque o jovem se apresenta em público de modo tão iconoclasta. O impacto do discurso é tão demolidor que, após duas décadas de atividades regulares, o Grupo acaba por se dissolver, apesar de duas tentativas posteriores para se recompor, uma em 1972 em Berlim e outra em 1977 em Saalgau.

A fama de Peter Handke na mídia, no entanto, vai às alturas. Todo este tumulto atrai a atenção dos editores, ávidos por novidades que lhes possam render bons lucros. A celebridade de Handke provém, assim, num primeiro momento de sua pessoa, ou melhor de sua figura, muito mais do que de sua obra poética, que o público à época mal conhece. Em torno dele, a mídia cria uma espécie de aura associada à politização da vida pública e ao movimento estudantil. O próprio autor assume posições claras e firmes diante de acontecimentos políticos, de modo que passa claramente a ser identificado com a nova esquerda. Handke passa a ser visto como o escritor que se rebela contra a visão de mundo instaurada, que não mais atende às novas necessidades

do indivíduo, que se vê cada vez mais sufocado. Nas manchetes, aparece como o “queridinho” de uma certa crítica, a figura-chave de sua geração, o mais bem sucedido. É um tempo em que o marxismo é trazido à tona para fazer o indivíduo tomar mão da sua própria história. É um tempo em que as teorias de Freud sobre a identidade, a sexualidade, a estrutura dos desejos, ganham publicidade. É um tempo em que Adorno e Horkheimer nos presenteiam com escritos argutos a respeito do indivíduo contemporâneo e da sociedade de massas. É uma época em que as aulas de Saussure vêm a público, rompendo a concepção de significados precisos e unívocos, dando à linguagem uma função social. É um tempo em que Foucault coloca a questão do poder disciplinar no controle das atividades do indivíduo, mostrando o quanto a individualidade deixa de ser individualidade, e se torna passível de ser observada e descrita. É o tempo do movimento feminista, da contracultura, do movimento em favor dos direitos humanos, dos movimentos revolucionários no chamado terceiro mundo. É a época da fragmentação do sujeito. Daí a urgente necessidade de uma nova linguagem que capte as mudanças. Peter Handke está na crista das mudanças: de um lado, suas obras tornam-se *best-sellers* entre os jovens de todas as idades; de outro, a crítica ortodoxa não deixa de o ver com desconfiança. Marcel Reich-Ranicki, um desses críticos, que fazia parte do Grupo 47, acusa-o de escrever obras com falta de realismo, e de abusar de jogos formais e experimentais, a que Handke responde com dois ensaios: *Ich bin ein Bewohner des Elfenbeinturms* (Sou um habitante da torre de marfim) de 1967 e *Marcel Reich-Ranicki und die Natürlichkeit* (Marcel Reich-Ranicki e a naturalidade) de 1968, em que se insurge contra a antítese formalismo/realismo.

Na leitura de Ralf Schnell⁵, Peter Handke parte do seguinte dilema, exposto por Thomas Bernhard em *Heldenplatz* (Praça dos heróis): a realidade é tão ruim que não pode ser descrita; toma, porém, direção diferente. Suas publicações dos anos 70 falam de uma necessidade de “cura”, de simplicidade e de grandeza, de singeleza lingüística e de beleza, já que a realidade receptada, pelo menos na Alemanha Ocidental, é ruim e empedernida, fria, voltada para o consumismo, coberta por uma camada de palavras estranhas, falsas.

Em *Die Lehre der Sainte Victoire* (Os ensinamentos da Santa Vitória), 1980, por exemplo, diz que nos dias de hoje não há mais lugar para narrativas. Assim, o seu caminho parte da consciência como mundo interior em direção ao exterior que é feito de consciência. Na maioria de seus escritos há o medo de não conseguir narrar, de fracassar diante da possibilidade de abrir uma nova janela para o mundo.

⁵ SCHNELI, Ralph. *Geschichte der deutschsprachigen Literatur seit 1945*. Stuttgart: Metzler, 1999.

⁶ HANDKE, Peter. *Kindergeschichte*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1981.

⁷ HANDKE, Peter. *História de uma infância*. Trad. Nicolino Simone Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

A polêmica levantada contra a realidade desprezada leva-o, em 1981, a publicar o romance *Kindergeschichte*⁶, traduzido para o português em 1990 como *História de uma infância*⁷, em que mais uma vez procura dar forma a essa nova janela para o mundo. Curiosamente, este romance, segundo ele — o romance do homem pacífico —, é o que menos repercussão obtém junto ao público de língua alemã em seu lançamento. O autor é “acusado” de proceder a uma regressão. Ralf Schnell, contudo, reconhece e afirma posteriormente que a obra de Handke nem é regressiva nem pré-moderna, mas evidencia — na forma de um programa realizado de modo reflexivo — a problemática da Modernidade, da perversidade do mundo, da falência dos sistemas e das teorias e a crise da narratologia.

Hoje Peter Handke é um autor internacionalmente reconhecido. E nós, que também fazemos parte de uma certa crítica, uma crítica considerada periférica em muitos sentidos, mas não descartável, pensamos que o romance *História de uma infância* é um belíssimo texto literário.

Trata-se de uma obra curta, de 137 páginas de letras gordas (para crianças?), de onde irradia uma esperança que se havia perdido — a esperança na possibilidade do homem voltar a ser capaz de promover sua individuação. Por aqui já se pode ver, que a aproximação que fazemos do romance é sustentada pelo viés do enfoque junguiano, uma perspectiva não tão frequente nos meios acadêmicos. Neste âmbito a hegemonia é de Freud e de Lacan.

O sujeito do romance é um escritor, um intelectual afeito a reflexões, portanto. De fato, sua história é contada em *flashback*, embora isto só nos seja comunicado pelo narrador *in medias res*, à página 12, com o seguinte comentário: “Ainda assim, essas adversidades, mesmo as aflições dolorosas e a imobilidade, só podem ser lembradas aqui deliberadamente, em retrospectiva”. Tal estratégia, acompanhada do advérbio de modo “deliberadamente”, dá um tom de verossimilhança ou de realismo ao relato e, com isso, arrasta o leitor para dentro da história, quase que obrigando-o a escutar o narrador/personagem numa atitude receptiva, impedindo-o de manter distância do enredo. E, nessa mencionada retrospectiva, são garimpadas as imagens “a que a memória retornava como num triunfo de gratidão, sem propósito glorificador e com a seguinte certeza: ‘Esta é minha vida’ (...) esses clarões da lembrança revelavam, portanto, uma energia vital, ininterrupta e contínua”. Ao que vemos, o narrador coloca a personagem em postura reflexiva sobre as próprias reflexões, no começo da narrativa.

Assim, sua história começa quando ela é ainda adolescente, numa idade, portanto, em que poderia ter escolhido diversos caminhos para o

seu tornar-se adulta. Se conseguiu ultrapassar a barreira do narcisismo, natural em todas as crianças, é porque ela surge como um exemplo de que isso também é possível aos demais. E, nisto, reside a esperança emanada do livro. Esta personagem, este sujeito, aliás, não tem nome próprio e é identificado na obra ora como o adolescente, ora como o homem, ora como o adulto ou como *Mensch* (ser humano), ora como a testemunha ou como a testemunha ocular, o que bem caracteriza sua identificação como qualquer um.

O romance começa pela seguinte epígrafe: “E assim terminou o verão. No inverno seguinte...”. Com ela, sem dúvida, é intenção do narrador ajustar o horizonte de expectativas do leitor para o que ele tem a dizer. Tal ajustamento consiste em trazer o leitor para a atmosfera de fim de verão, uma estação do ano caracterizada pela maturidade extrema da natureza, imediatamente antes do começo de um novo ciclo descendente — o outono, e em prepará-lo para o inverno, estação do ano marcada pela retração da natureza ao interior da terra, associada ao recolhimento do homem à sua própria casa, portanto, à introspecção, à reflexão, ao reencontro consigo mesmo. Trata-se, por um lado, de um ajustamento espacial, projetado na paisagem enquanto pano de fundo e, por outro lado, também de um ajuste temporal: depois da maturidade, segue-se o tempo da colheita e da recolha das experiências, das interiorizações e das reflexões. Com este preparo, o narrador inicia o primeiro capítulo, apresentando-nos a um adolescente que tem um grande desejo — o de vir a morar e a viver, no futuro, com uma criança. Essa vivência configura-se em sua imaginação como uma “comunhão implícita”, como “trocas de olhares”, como o movimento do “agachar-se”, como uma “união feliz”. É evidente seu desejo de resgatar experiências da própria infância, emolduradas no texto pela atmosfera de um dia de inverno chuvoso, com pouca luz, estando ele de costas para a casa que nunca via com nitidez. Além desse desejo, duas certezas davam forma à sua vida futura: a existência de uma mulher que o destino lhe enviaria e a profissão que lhe garantiria uma liberdade digna.

Neste passo, o narrador dá um pulo temporal e leva-nos para o dia do nascimento da criança, pressupondo realizadas as duas certezas do adolescente: a mulher e a profissão. O bebê nasce na manhã ensolarada de um domingo de primavera, portanto numa estação do ano marcada pelo renascimento do vigor e do viço da natureza. A criança funciona como um arauto desse tempo de promessas a serem cumpridas. Ao ser apresentada à criança, uma menina, pelo vidro do berçário, a personagem é alvo de uma série de espelhamentos: 1º não reconhece na criança um bebê, mas já um adulto perfeito. Só posteriormente, em uma foto,

distingue os traços de recém-nascido. 2º não considera a criança nem como filha, nem como sua descendente, mas apenas como uma criança contente por estar no mundo. 3º a personagem, agora designada como o adulto, vê-se, juntamente com a criança, constituindo um grupo conjurado para sempre. Com a experiência destes três espelhamentos sobrevém a vivência da completude. Mais tarde, o sujeito da história ainda verá esta criança com “o rosto iluminado e onisciente e com olhos serenos e sem idade”.

O bebê é levado para casa. Trata-se de uma outra etapa na vida do narrador/personagem deste romance. Chega mesmo a ser esclarecido que é como “se o adulto passasse a experimentar uma regressão a uma juventude, em que fora, muitas vezes, um mero guardião de seus irmãos mais novos”. Pelo que sabemos até agora é ele quem fica tomando conta da criança em casa. De repente, as mudanças que imaginara para sua vida não são exatamente aquelas a que se vê obrigado. Sente-se preso o dia inteiro aos cuidados para com a criança e, envolvido pelo cotidiano, fica sem imaginação para escrever — escrever vem a ser sua profissão. Isto parece-lhe uma interrupção da vida. Somos, então, informados de que a nossa personagem costumava ter freqüentes desavenças com a mulher, mesmo antes da criança nascer. “Mas foi só com a criança que a discórdia episódica se transformou num afastamento definitivo. Do mesmo modo como nunca [haviam sido] realmente marido e mulher, também não [foram] desde o início pai e mãe. Acudir a criança que se agita durante a noite era, para ele, natural, mas para ela parecia não ser”. Nunca virá a entender como uma mãe pode afastar-se, por longo tempo, de um filho, ainda que por motivos profissionais. O casamento parece não trazer ao nosso “herói” a oportunidade de avançar no desenvolvimento de seu *ego* social, através das trocas potenciais numa união desse tipo. Assistimos, aqui, porém a uma curiosa inversão de papéis que, ao mesmo tempo em que frustra a expectativa do leitor médio, prende sua atenção. Afinal, a criança, ao nascer, longe de unir seus pais, separa-os e cabe ao pai, em vez de à mãe, a tarefa de cuidar dela. A grande queixa da nossa personagem é o fato de que a mulher age de modo racional em relação à criança. E isso o pai não aceita. Ele considera todos os livros de puericultura e afins como “intervenções ilícitas e insolentes no mistério que havia entre ele e a criança”. Portanto, a relação pai-filha vai-se pautar pela exploração do lado emocional e intuitivo, o que dentro da tradição também é incomum, pois o normal seria esperar um comportamento racional por parte do homem e um emocional e intuitivo por parte da mulher em relação à criança. Na verdade, o que atrás mencionamos a respeito do casamento da personagem como uma falta de

oportunidade de avançar no desenvolvimento de seu *ego* social, através das trocas potenciais numa união desse tipo, não corresponde à verdade, pois que a troca é feita de um modo bem radical: o pai simplesmente substitui a mãe e vivencia *in loco* e na pele as experiências maternas.

O primeiro ano de existência da criança marca na vida do adulto, sobretudo, um resgate da própria infância, porquanto a criança lhe serve de espelho. Assim, o narrador se pronuncia a respeito do que o seu herói pensa: “Aliás, toda imagem interior da vida nesse primeiro ano se refere à criança — que, em compensação, mal aparece pessoalmente em uma delas”. A grande revelação desse primeiro ano, veiculada pela criança-espelho é: “a criança podia se alegrar e era sensível”, o que significa que o nosso herói redescobre em si a capacidade de se alegrar e de sentir, de ser espontâneo.

Depois desta descoberta, inicia-se um segundo momento de vivências, assinalado pela mudança, ou nas palavras do narrador por “como uma emigração definitiva”, na primavera, da cidade natal da criança, para um outro país de fala francesa, assinalado apenas por 2 topônimos: *square des Batignoles* — designação de um pequeno jardim público na cidade estrangeira perto do litoral do Atlântico — e *le Grand Ballon* — “uma planície em direção à cadeia de montanhas velada de azul”. Ainda que o sujeito da história continue, no começo da emigração, a resgatar a sua infância através da criança, este segundo momento de vivências traz, em seu bojo, o contato com o Outro. Diz o sujeito que esta cidade, em que agora vive, mostra-se completamente diferente daquela que conhecia como turista: as praças parecem agora menores e o bairro residencial passa a ser visto como área particular. Se, por um lado, o narrador, referindo-se a um passeio do adulto com a criança, ainda afirma que “na repetição quase diária desse trajeto, a criança deixa de ser uma carga que se transporta e transforma-se numa parte do corpo daquele que a carrega”, por outro lado, consegue já lembrar-se de uma sua própria experiência infantil, “quando, certa vez, apesar de estar com sua mãe no mesmo quarto pequeno, ele a sentiu longe, a uma distância dilacerante e aflita: como aquela mulher, ali, pode ser alguém diferente de mim, aqui?” Trata-se, neste passo, da primeira experiência do Outro, contudo uma experiência vivida, mas não entendida, e ainda assim, armazenada na memória e relegada aos poucos ao inconsciente, de onde volta agora à consciência. É também neste momento da vida do sujeito que a criança lhe aparece, pela primeira vez, “como alguém autônomo, independente do elemento paterno ali parado”, e em que se pergunta se a tranqüila severidade que vê no rosto da criança não é antes um sobressalto de

sua própria consciência, o que anuncia uma primeira conscientização de seu processo de individuação.

Depois deste breve momento de conscientização do contato com o Outro que lhe trouxe também um breve momento de intimidade consigo mesmo, tanto a criança quanto o sujeito e sua mulher (momentaneamente juntos) voltam à cidade natal, onde decidiram construir uma casa. A decisão de construir uma casa tem, segundo Bachelard, todo um significado: Este regresso é marcado pela vivência do ar puro e do poder expressar-se na “língua de origem”. O problema da língua é, neste momento, ligeiramente levantado como elemento de identificação, de independência, como algo que tem em si bem-estar e felicidade. A questão da língua vai voltar mais tarde, especificamente na vivência do bilingüismo, considerado como “uma cisão dolorosa (...) Em casa, como o homem, a criança nunca fazia uso da língua estrangeira (no máximo só para gracejos) e, em compensação, durante todo o período escolar não ouvia uma única palavra em sua língua materna. (...) O adulto acreditava freqüentemente não conhecer sua própria filha: com o outro idioma ela modificava a voz, alterava a fisionomia e fazia outros gestos. A maneira de falar a língua estrangeira implicava também uma sucessão de movimentos completamente estranhos: tão imitada e artificial uma, quanto autômata a outra — e assim podia-se observar não só o medo mas também um estar já fora de si (o que talvez fosse algo de cotidiano, de muito freqüente e que também só parecesse ter importância em poucos casos (...) voltar para casa (...) para o seu idioma de origem [apresentava-se como] uma descontração sempre renovada, voltando a conversar com gosto, adotando uma postura corporal mais serena e contemplando com maior tranqüilidade as coisas à sua volta”. Tais observações possibilitam caracterizar o Outro aos olhos do sujeito enquanto espaço físico e língua: moraram em apartamento, no ambiente poluído da cidade e falaram uma língua estrangeira. Dito de outro modo, a experiência do Outro permite o conhecimento do próprio, caracterizado em contraste pelo ar puro e pelo que é familiar.

De regresso à cidade natal, abre-se um terceiro momento na vida do sujeito — o convívio estreito com terceiros (a mulher não conta, pois a relação dos dois é marcada pela indiferença). Até a casa ficar pronta, foram morar com um casal amigo e sem filhos. Esta convivência, a que o sujeito não está acostumado, é classificada por ele, a princípio, como doentia, individualista e natural. No entanto, reconhece que, com ela, aprende não só a “perseguir a marcha do mundo”, mas a enfatizar suas exigências para com este mundo. Todavia, a casa não fica pronta no tempo previsto e este fato leva a uma deterioração das

relações amigáveis até então vigentes no grupo. Através do espelhamento no outro casal, ele passa a perceber outros níveis de sua própria realidade: vê-se exatamente como o contrário do casal hospedeiro, sem filhos como muitos outros. Os casais sem filhos estavam sempre juntos, investiam sua afetividade um no outro, não precisavam desdobrar-se para criar uma criança. No casal sem filhos, a criança é vista como desmancha-prazeres. Para o sujeito de nossa história, esta opção pelo não desdobramento é uma atitude insensível, pervertida e audaz. Pessoas sem filhos são “aferradas à própria infância e à contínua vida infantil, de perto [revelam-se] monstros crescidos (...) profetas vaidosos e mesquinhos (...) a escória dos tempos modernos”, arvoram-se em profissionais das relações entre pais e filhos, sem terem passado pela experiência, enfim são pessoas narcisistas. Como ele se vê enquanto o oposto delas, logo, não é narcisista e empreende pela vida uma outra rota, uma rota que o leva a uma expansão cada vez maior do ego, no sentido de enriquecê-lo através de experiências que só os Outros, os Diferentes, podem proporcionar. Percebe até que constituir família tira a liberdade, mas reconhece que sua vida sem a filha seria fútil e solitária.

Tendo descoberto a criança como um ser autônomo, portanto, diferenciada e não redutível a ele mesmo, suas experiências em sua companhia passam a apresentar um outro teor. O ego avança mais e mais nos domínios alheios à procura de novas experiências e aumentando sua área de conhecimento. A experiência de morar sozinho com a filha, por exemplo, fá-lo descobrir-se “inteiramente composto de” hábitos. Percebe que, isolado no cotidiano doméstico com a criança, perde “a sensibilidade para as cores e as formas, para as distâncias e disposição dos objetos (...) como se fossem espelhos cegos. (...) Era a irrealidade e irrealidade quer dizer: não existe o ‘você’. Como consequência, a falta de razão, que mal se distingue da loucura. Despojado da razão, já não tinha mais domínio de si mesmo e, mais ainda, o medo o tornava apático”.

O convívio com a criança possibilita-lhe ainda uma outra experiência — a de ver-se como pessoa má, capaz de dar uma surra e, ao mesmo tempo, o perdão oferecido naturalmente por ela fá-lo perceber, pela primeira vez, a criança enquanto sujeito atuante.

A convivência com terceiros estende-se, agora na casa nova, aos vizinhos. Como a criança passa a brincar com outras crianças, logo o sujeito toma a iniciativa de arrumar um espaço apropriado para isso, ou seja, um cômodo vazio na própria casa. Com esta experiência, o sujeito abre-se ainda mais para o mundo e passa a considerar a criança como seu “mestre pessoal”. Ao mesmo tempo em que o sujeito

reflete e se conscientiza da forma como se dá o seu processo de individuação, começa a registrar os fatos que mostram a formação do ego da criança através do embate desta com o mundo. Na verdade esta formação incipiente do ego da criança é, para ele agora, ferramenta extra de seu próprio processo de evolução, ou seja, através da criança resgata a própria infância esquecida e, através da observação da formação do ego na criança, promove sua própria individuação.

No choque da criança com as outras crianças da vizinhança, uma outra questão do adulto vem à tona: o problema da identidade. Se, por um lado, a criança se socializa, portanto, passa a fazer parte do grupo que fala a mesma língua, passa a ser uma delas, por outro lado, o adulto observa que há algo que a diferencia das demais. O modo como fala, as palavras que emprega, denunciam suas raízes em outro povo, nunca denominado de maneira direta. O contato com o Outro amplia-se um pouco mais e o ego entra na cultura de um outro povo que não é completamente Outro, mas que finca raízes dentro dele — é preciso trazê-las apenas à luz da consciência.

Essa conscientização vai desenvolver-se num espaço geográfico estrangeiro. O sujeito de nossa história e a criança de quase 5 anos voltam a morar na cidade estrangeira de fala francesa. Nesta idade, a criança precisa de uma escola. “Seria o [seu] primeiro de dia de aula. (...) E também coincidiu de a escola ser algo especial. Porque, na realidade, ela estava destinada somente às crianças daquele único povo, que podia ser assim denominado, e sobre o qual, muito antes de sua dispersão por todos os países da terra, se havia dito que continuaria sendo um ‘povo’ mesmo ‘sem profetas’, ‘sem reis’, ‘sem príncipes’, ‘sem vítimas’, ‘sem ídolos’ e até ‘sem nomes’, e ao qual, segundo palavras de um exegeta posterior, ele deveria recorrer para conhecer ‘a tradição’: ‘a mais antiga e rigorosa lei do mundo’. Era o único povo efetivo a que o adulto desejara sempre pertencer”. Trata-se, ao que parece, do povo judeu. Temos, portanto, agora, um ego às voltas com situações históricas complicadas. Este povo e a relação do sujeito com ele são mais adiante também descritos assim: “Sua filha, descendente por nascimento e pela língua daqueles infames, que, no entanto, pareciam condenados até o último de seus membros e até o final dos tempos a vagar de lá para cá, sem alegria nem objetivo, metafisicamente mortos, sua filha experimentaria a tradição vigente (...) que ele, o incapacitado de assumir uma tradição, percebia (...)”. Desta citação, depreende-se que o ego do sujeito, não se deixa enformar nem dentro dos limites da identidade de um povo, de uma cultura, de uma história, de uma tradição. Ele irrompe além-fronteiras. Essa insatisfação com qualquer tipo de fronteiras e, portanto, essa rebeldia em relação às

barreiras das convenções que constituem a tradição, revelam-se em múltiplos episódios. A tentativa de resgatar raízes hebraicas através da filha, por exemplo, não dá certo. No semestre seguinte, quando se iniciam aulas de religião na escola judaica, é comunicado em caráter irrevogável ao sujeito que a criança não pode prosseguir, porque vem de uma outra cultura. O sujeito, que com isso se sente “como um proscrito inocente [... como] descendente de um não-povo, o indigno apátrida”, é, assim, obrigado a procurar uma outra escola para a filha. Nesta outra escola, ainda no país estrangeiro, porém, através de uma carta anônima, a criança recebe ameaças de morte, ao que tudo indica por parte da comunidade judaica do lugar: “em nome daquele povo único, ameaçavam de morte a criança, na qualidade de descendente de seus piores [perseguidores]”. Este incidente leva o sujeito a descobrir o autor da carta, a conversar com ele e a concluir “que nunca serão inimigos, mas tampouco nunca serão próximos (...) e ali amaldiçoa aquelas insignificâncias existenciais que necessitam da história para seu currículo; ali amaldiçoa também a própria história e a renega por si mesmo; ali se vê, pela primeira vez, sozinho com sua filha, na noite do século e dentro do pavilhão sepulcral do continente — e ao mesmo tempo tudo isso lhe dá a energia para uma liberdade posteriormente moderna”. No contato com os outros, durante este período, o sujeito “começou a ouvir, com frequência cada vez maior, inclusive de suas visitas, que, segundo o modo como vivia e o que fazia, ele estava afastando-se do presente e passando por cima da realidade”. No entanto, o que é realidade para os outros, para ele não passa “da vida mentirosa dos ‘tempos modernos’”, o que o leva a optar por “uma espécie de Idade Média acima das circunstâncias correntes, que talvez nunca tivesse existido assim de fato [... mas que] aparecia-lhe por trás de tudo isso que era o atual”. Se a realidade atual é vista desta maneira, os outros, os por ele chamados “encarregados da realidade”, aqueles que estão sempre preocupados em mensurar a realidade, aqueles que atribuem ao mundo as dimensões de 1º, 2º e 3º, da mesma maneira como antigamente se calculava uma vitória ou uma derrota após uma batalha, contando cadáveres e ruínas, estes outros são os “cultuantes” ou “caotizadores da realidade”. Estes outros que se pretendem objetivos e dentro do real, “geralmente aplacavam uma culpa secreta e, muitas vezes, até uma traição inexprimível: todos eles juntos já haviam cometido muita maldade. (estranhas, então, as lágrimas das máscaras!)”. O sujeito, por isso, os considera estranhos, levando uma existência sem sentido. “Era inútil discutir com eles, pois se viam constantemente confirmados pelas catástrofes do dia-a-dia”. E, neste momento, o narrador dá voz, pela primeira vez, ao sujeito, permitindo-lhe dizer: “e eu não

falo com estranhos — fora daqui, com vocês! Eu sou a voz, não vocês”. O narrador quebra, aqui, o distanciamento entre ele e o sujeito, até agora cultivado, assinalando, deste modo enfático, um grande avanço no processo de individuação do ego em pauta. O distanciamento, no entanto, logo é retomado num esforço para continuar a auto-análise em retrospectiva que delinea os passos mais significativos da formação deste ego.

A criança que, agora, frequenta uma escola pública plural que acolhe todos os tipos de criança, está feliz. No entanto, por motivos de conjuntura política, a escola é fechada e as crianças precisam ser transferidas para escolas vizinhas. Nestas circunstâncias, o sujeito procura uma outra escola para a filha, só que, aqui — numa escola católica —, a criança não é bem recebida, chega até mesmo a receber agressões verbais, porque é alemã. Ao mesmo tempo em que o adulto sofre por ver a criança isolada, percebe também que não é bem assim: ao cabo de 5 anos neste colégio, “crianças de outros países — na maior parte das vezes, inclusive de outros continentes e de raças distintas” haviam-se tornado amigas de sua filha. A criança, então, pertencia sim a um grupo, “a companhia que lhe era adequada existia”. É preciso, portanto, ir adiante e procurar esse grupo fora das fronteiras de qualquer identidade convencional (religiosa, nacional, lingüística, cultural). A pluralidade passa a ser, assim, uma das marcas desse grupo, uma marca já anunciado na escola anterior que, infelizmente, veio a fechar.

Nas férias seguintes, o sujeito deste romance decide separar-se da filha por um ano. Esta volta “ao seu país de origem, para sua cidade natal”, onde passa a frequentar outra escola.

Neste ano, que passa no estrangeiro sem a filha, o sujeito chega à conclusão de que “os tempos modernos’, que muitas vezes ele amaldiçoara e repudiara, realmente não existiam; mesmo o ‘fim dos tempos’ era somente uma quimera: em cada nova consciência tinham início as mesmas possibilidades de sempre, e os olhos das crianças no meio da multidão — prestem atenção neles! — transmitiam o espírito eterno. Pobre de ti, que descuidas desse olhar!” Observemos que, depois de emprestar voz ao sujeito, o narrador agora se identifica com ele e dirige-se diretamente ao leitor, mostrando-lhe suas certezas. Estamos perante mais um avanço no processo de individuação do sujeito, o último que este romance apresenta. Temos, portanto, em mãos um trabalho arqueológico que revela as peças fundamentais à constituição de um ego: a conscientização da infância e o contato com o Outro nas mais diversas formas (na forma de uma filha, de amigos, de vizinhos, de outras crianças, de outra língua, de outra religião, de outro povo

etc.). Todas estas viagens — exteriores e interiores — necessárias à formação do ego individuado apresentado neste livro talvez permitam dizer que se trata de uma espécie de “atualização” do romance de formação nos anos 80, apontando para um caminho capaz de aglutinar os fragmentos e os estilhaços que caracterizam o homem e a vida do final do século XX, e assim condensado na última frase do texto: “Cantilena: eternizar a plenitude do amor e de toda felicidade apaixonada”, bem como no epíteto que encerra o romance — uma citação escrita em grego, retirada da VI ode olímpica de Píndaro que, traduzida para o português, ficaria: “Vem, criança, e segue minha voz para o caminho e objetivo comum a todos”. Designada de testemunha ocular, agora no fim do romance, sinalizando a distância/independência adquirida, a personagem que, num jogo de projeções e de espelhamentos, toma consciência de si em profundidade e amplitude, é uma figura que ultrapassa o grupo daqueles “que se vêem constantemente confirmados pelas catástrofes do dia-a-dia”, como diz o texto. É uma figura individuada.

O próprio Handke diria em entrevista de 25.03.1981 a Krista Fleischmann no programa *Welt des Buches* (Mundo do livro) da televisão austríaca, que *História de uma infância* é a história do homem pacífico. Talvez, por este motivo exatamente, esta obra não tenha sido tão bem recebida pela crítica, já acostumada com personagens desesperançadas, desesperadas ou alienadas, quanto suas outras publicações, como dissemos atrás.

Nem sempre, porém, foi esta a leitura que fizemos do romance. No começo, fascinava-nos a construção da perspectiva, a magistral técnica que faz a personagem ser simultaneamente narradora e espectadora de si mesma. De há uns anos para cá, no entanto, nossa atenção deslocou-se da construção da perspectiva para a construção da personagem, e nosso prazer com a leitura aumentou. As condições (interiores e exteriores) de interação entre nós e o texto, certamente, se alteraram, ou seja, nosso horizonte de expectativas redefiniu-se. Acreditamos nós, hoje, numa sociedade cada vez mais mundializada, que é de fundamental importância que o indivíduo adquira consciência, reconheça, que só alcança individualidade, só se emancipa das massas, através da interação com essas mesmas massas, com os outros que o espelham e, ao fazê-lo, lhe alargam os horizontes de conhecimento, tornando-o, assim, cada vez mais próximo do essencialmente humano, solapando exclusões e hierarquias, vendo diferenças como riqueza de detalhes. Esta é, hoje, nossa leitura, como dissemos, uma leitura feita a quilômetros de distância da Áustria ou dos outros países

de língua alemã, num contexto cultural inteiramente diferente. Certamente, deve ser uma leitura partilhada por um determinado círculo de leitores, que deverá valorizar semelhante visão de mundo. Porém, dependendo das circunstâncias em que cada leitura é feita, isto é, dependendo do entorno que presidiu à formação de cada leitor, sua leitura apresentará nuances peculiares que, aos olhos dos outros, poderão ou não ter sentido, mas que jamais deverão ser descartadas, porque, no fundo, são complementares. Acreditamos que, não havendo limite para a imaginação humana, não há limite para a nossa capacidade de refazer leituras, ou seja, não há limite para as possibilidades relacionais a que a linguagem pode dar expressão, nem para os contextos criados por essa linguagem. Assim sendo, cabe apenas perguntar como podem as mais recentes leituras ser entrelaçadas a outras já anteriormente feitas, de forma a ampliar sempre o horizonte de sentido do texto. E poderíamos, com Gadamer e Habermas, também dizer neste contexto que qualquer hierarquização das leituras de uma obra deveria ser substituída pela idéia de uma “conversação livre de injunções” (*herrschaftsfrei*) infinita, sem barreiras, de modo que um possa fazer uso da leitura do outro, e vice-versa, modificando-a, ampliando-a. Afinal, nas palavras de Gadamer, e voltando a Handke, “o ser que pode ser compreendido é linguagem”. Friedrich Hölderlin, velho poeta alemão, também já dizia em um de seus versos: “Desde que somos uma conversa...” (*Seit wir ein Gespräch sind ...*).

Posto isto, sempre haverá quem pesquise e investigue as inúmeras leituras feitas de uma obra, intercepte nelas elementos comuns e daí tire conclusões/generalizações/valores, que haverão de preencher as páginas das histórias da literatura que, por sua vez, constituirão ponto de partida para outras tantas leituras diferenciadas, e assim sempre por diante, se a obra não cair no esquecimento.

